

Nova Carta altera equilíbrio do Poder

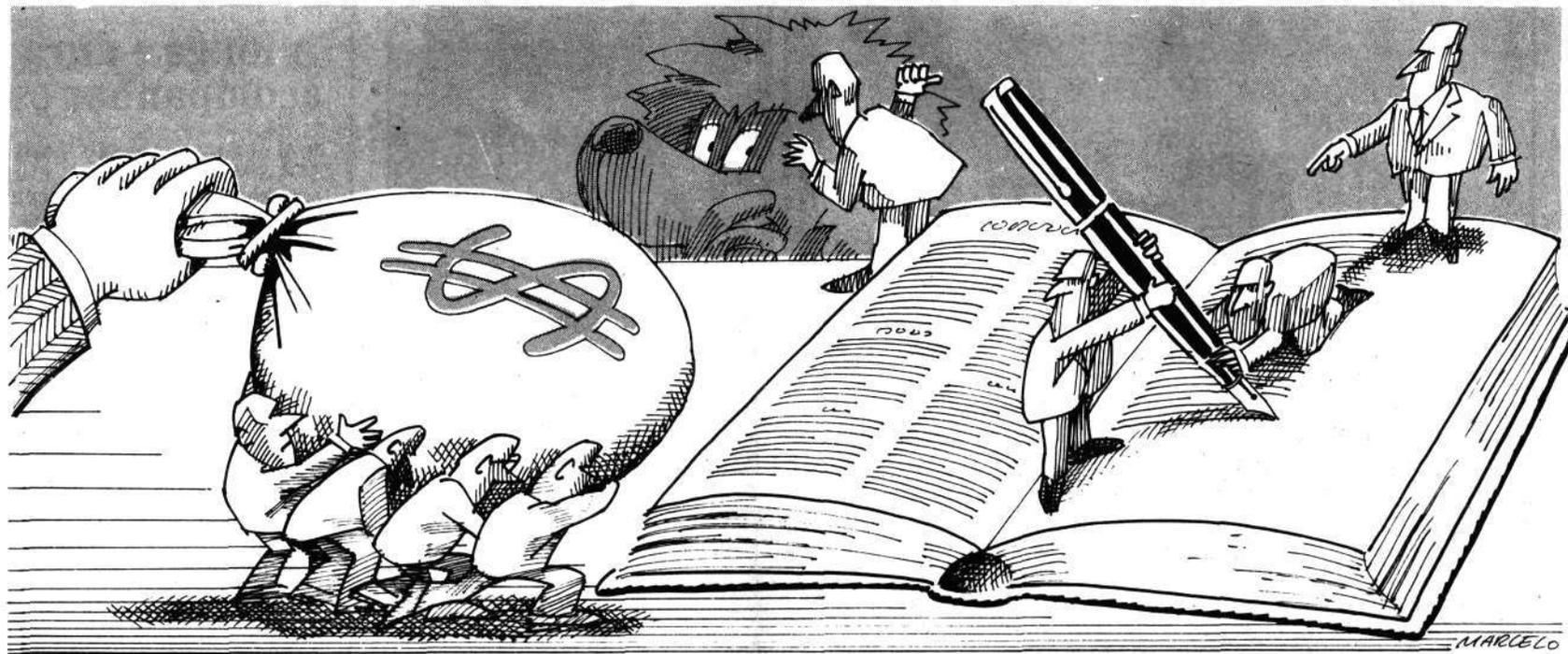
PAMELA NUNES E LUCIO VAZ

BRASÍLIA — Uma vez definido o mandato do Presidente Sarney pela Constituinte, resta saber em que condições ele exercerá o poder até o final do seu Governo. O projeto da nova Carta retira prerrogativas do Executivo, transfere recursos da União para Estados e Municípios, cria novos encargos e contém dispositivos considerados inibidores para os investimentos do capital privado, nacional e estrangeiro.

Diante desse quadro, o Palácio do Planalto já articula, através das suas lideranças na Constituinte, um elenco de emendas para suprimir no segundo turno de votação os dispositivos que poderiam criar dificuldades ao desempenho da administração federal. No entanto, os constituintes responsáveis pela Reforma Tributária — o ponto nevrálgico para o Governo — garantem, com base em dados fornecidos pela Secretaria da Receita Federal, que as perdas da União são bem menos expressivas do que aquelas anunciadas pela equipe de Sarney.

Sob o ponto de vista político, o fortalecimento do Poder Legislativo vai criar nova relação de forças entre o Congresso e o Executivo. Entre os dispositivos inovadores estão a moção de censura, que poderá destituir Ministros; a redução do poder do veto presidencial, que poderá ser derrubado pela maioria absoluta dos deputados e senadores e não mais por dois terços, como acontece hoje; e a atribuição ao Congresso de poder de controle sobre a proposta orçamentária.

Além disso, a partir da promulgação da nova Carta caberá ao Congresso aprovar as indicações do Executivo para o preenchimento de cargos, desde a Presidência do Banco Central aos Ministros do Tribunal de Contas da União, inclusive o



Procurador Geral da República.

Esta nova realidade contrasta com uma característica marcante da Constituição vigente, por ser, entre todas as adotadas até hoje no Brasil, a que concentra maiores poderes em mãos do Presidente da República. Até o instituto do decreto-lei, criado durante os Governos militares e largamente utilizado pela Nova República, foi banido do novo texto constitucional. Este é um dos principais instrumentos que o Executivo usa atualmente para se livrar de obstruções do Congresso.

A implantação do novo sistema tributário também inquieta o Presidente e vai reduzir o poder de barganha dele e de seus sucessores. O repasse não é excessivo, mas certamente implica a perda de poder político. O Ministério do Planejamento já anunciou o fim do repasse de recursos a fundo perdido diretamente para os Municípios, em consequência da perda da sua receita líquida. Isto significa o fim da romaria de prefeitos pelos gabinetes ministeriais. Vale dizer, o fim do controle político até agora exercido pelo Governo

O Governo tentará no segundo turno suprimir emendas que prejudicarão o desempenho do Poder Executivo

federal nesta esfera. E como estes recursos serão repassados aos Municípios através dos Estados, restabelece a situação anterior à Revolução de 64 e a volta da chamada "política dos governadores".

Os argumentos do Planalto contra o novo sistema tributário, no entanto, enfatizam a perda de receita pela União, com a consequência de que praticamente inviabilizaria a administração federal. Mas a avaliação dos tributaristas que defendem a reforma indica que as perdas não serão significativas.

O Deputado Benito Gama (PFL-BA), ex-Secretário de Finanças da Bahia no Governo de Antônio Carlos Magalhães e um dos principais articuladores

do novo sistema, dispõe de números, fornecidos pela Receita Federal, capazes de derrubar as alegações do Planalto. Segundo estes dados, a perda da União, de julho a dezembro deste ano, será de CZ\$ 183,6 bilhões. É uma quantia apreciável (4,8 por cento da receita disponível), mas será compensada, quase integralmente, com a arrecadação do "Trileão", estimada em CZ\$ 171,7 bilhões, em 88. Já o congelamento da URP para o funcionalismo público representará uma economia de CZ\$ 677 bilhões, este ano. Antes de lamentar a perda de receita, o Governo federal deveria, na opinião de Benito Gama, promover o "enxugamento" da máquina administrativa. De 1985 até hoje, a

folha de pessoal, somente nas estatais, subiu de CZ\$ 174 bilhões para CZ\$ 271 bilhões, um aumento de 56 por cento em termos reais.

Na verdade, segundo os dados da Receita Federal, quem mais vai sentir o impacto do novo sistema será o sucessor de Sarney. De 1990 a 1993, o acréscimo de repasse para Estados e Municípios será de CZ\$ 3,23 trilhões, uma média de CZ\$ 800 bilhões ao ano. Em um ano e meio de Governo, Sarney perderá CZ\$ 896,2 bilhões. Isto ocorre porque o repasse será aumentado gradativamente — 18 por cento da receita líquida em 1989 —, até atingir o índice de 22,9 por cento, em 1993, quando a reforma estará definitivamente implantada.

Outro alvo do Governo é o Capítulo sobre a Previdência Social. O principal argumento é o de que os novos benefícios criados pela Constituinte acarretarão novas despesas à União. Constituintes especializados nesta área contrargumentam, no entanto, que os custos dos novos benefícios serão repassados diretamente aos contribuin-

tes. Segundo eles, para arcar com as novas despesas o Governo tem quatro opções: emitir moeda, o que geraria um aumento dos índices de inflação; aumentar o nível de endividamento público, que provocaria o mesmo efeito; optar pelo aumento das contribuições sociais, que atinge as camadas menos favorecida da sociedade; ou aumentar a carga tributária, o que onera duramente a classe média.

Por fim, preocupa-se o Governo com as decisões adotadas pelo plenário da Constituinte que definem o novo reordenamento econômico para o País. Basicamente, a nacionalização da política mineral, a reserva de mercado, o fim dos contratos de risco para exploração de petróleo e a definição de empresa nacional. Medidas estas consideradas hostis ao capital estrangeiro, justamente no momento em que o Governo espera contar com a volta dos investidores estrangeiros para superar a crise econômica do País.

No plano interno, onde os investimentos do capital nacional estão praticamente estagnados, as reivindicações da classe trabalhadora atendidas no capítulo dos Direitos Sociais do projeto de nova Carta — garantia de emprego, turno contínuo de seis horas, direito irrestrito de greve, licença-gestante e licença-paternidade — deverão prejudicar as novas medidas econômicas que o Governo tem anunciado. Ainda que estas inovações não atinjam diretamente o Governo, poderão prejudicar os projetos já encaminhados para a área econômica, como a nova política industrial e o programa de privatização. Isto porque, conforme alertam as principais lideranças empresariais do País, os avanços sociais, devido ao aumento de custos que acarretam para as empresas, poderão ser um fator de desestímulo aos investimentos do capital privado nacional.